

**TJPE****GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL****Apelação Cível n. 324.541-4**

Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Apelado: João José da Silva

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

EMENTA: CIVIL. SEGURO DPVAT. LEI 6.194/76 COM ALTERAÇÃO DA LEI 11.459/2009. BOLETIM DE ACIDENTE EFICAZ. DOCUMENTOS DO AUTOR E LAUDO DO IML. CONCLUSIVO PARA DEBILIDADE PERMANENTE DE MEMBRO INFERIOR DE NATUREZA SEVERA. CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Boletim de trânsito foi lavrado por autoridade competente - Polícia Rodoviária Federal, cujo teor detalha a colisão dos veículos envolvidos no sinistro, com base, é evidente, na narrativa dos condutores envolvidos e os vestígios do local.
2. A regra em vigor à época é a Lei nº 6.194/74, com as alterações produzidas pelas Leis 11.482/2007 e 11.945/2009, em homenagem ao princípio do "tempus regit actum".
3. Laudos médicos e perícia do IML constataram a existência de lesão permanente, parcial e incompleta do membro inferior direito de natureza severa.
4. De acordo com a tabela anexa a Lei n. 11.945/2009, a lesão do membro inferior representa 70% do teto indenizável. Entretanto, há de ser procedido um enquadramento da repercussão da invalidez permanente, com fundamento no atual art. 3º, § 1º, II, da Lei 6.194/74, a qual, no caso, representa 75%.
5. Do montante indenizatório, deve ser acrescida correção monetária, a partir do evento danoso e juros de mora de 1%, a partir da citação.
6. Considerando que a Lei fixa como limites para honorários advocatícios de 10% a 20%, como forma de garantir a adequada remuneração do advogado que tenha atuado no feito, mantém-se o percentual da verba honorária em 15% sobre o valor da condenação.
7. Recurso parcialmente provido.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos da apelação n. 324.541-4 em que figuram como partes as acima indicadas, **ACORDAM** os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, por unanimidade, em **dar parcial provimento** ao apelo para reduzir a indenização para R\$ 7.087,50, acrescido de juros de mora de 1% a partir da citação, sendo que, por maioria de votos, a correção monetária foi fixada a partir do evento danoso. Vencido o Des. Agenor Ferreira Lima que fixou a partir da vigência da Lei 11.482/2007.

Recife, 22.5.14


EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

155
Eee

Apelação Cível n. 324.541-4

Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Apelado: João José da Silva

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

João José ajuizou ação de cobrança do seguro DPVAT contra a **Seguradora Líder**, objetivando a cobrança da indenização no valor de R\$ 21.800,00, em razão de debilidade permanente decorrente de acidente de trânsito ocorrido em 15/6/2009.

No momento cuido de apelação cível interposta contra sentença prolatada pelo juízo da 4ª Vara Cível de Caruaru.

Sentença (fls. 115/120): julgou **parcialmente procedente** o pedido para condenar a Seguradora ao pagamento da indenização securitária no valor de R\$ 9.450,00, acrescido de correção monetária de acordo com a tabela adotada pelo Tribunal e juros de 1% ao mês, a partir da citação. Condenou, ainda, o réu ao pagamento de custas e honorários advocatícios, arbitrados em 15% sobre o valor da condenação.

Apelação (fls. 123/134): sem preliminares. No mérito, alega não serem o boletim de ocorrência e o laudo do IML eficazes para fins de comprovação do acidente e lesões; a necessidade de graduação da repercussão da lesão, nos termos do art. 3º, § 1º, I da Lei 6.194/74, bem como a modificação da data inicial da correção monetária. Por fim, requer a redução dos honorários advocatícios para 10% sobre o valor da condenação.

Contrarrazões (fls. 142/146): pugna pela manutenção da sentença.

O cerne da questão gira em saber se o apelante tem direito ou não ao pagamento da indenização, decorrente de acidente de trânsito.

É o relatório. Tendo em vista ter o feito tramitado sob o rito sumário, Peço pauta.

Recife.

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível n. 324.541-4

Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Apelado: João José da Silva

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

VOTO

Inicialmente, registro ter o boletim de acidente de trânsito sido lavrado por autoridade competente - Polícia Rodoviária Federal, cujo teor detalha a colisão dos veículos envolvidos no sinistro, com base, é evidente, na narrativa dos condutores envolvidos e os vestígios do local (fl. 18).

Ademais, os documentos médicos também indicam ter o autor sofrido acidente automobilístico com diagnóstico de politraumatismo, fratura de tibia distal esquerda e trauma nasal (fls. 19/36).

Pois bem. Da análise do caso, observo assistir parcial razão ao apelante. Explico.

Para a fixação do quantum indenizatório de seguro DPVAT, nos casos de invalidez permanente, é necessário verificar o grau de invalidez da vítima, se é total ou parcial, e, neste último caso, apurar qual o percentual do dano causado ao autor.

A Lei nº 6.194/74 diferencia o grau de invalidez ao dispor que, em caso de invalidez permanente, o valor indenizatório a ser alcançado corresponderá a até quarenta vezes o maior salário mínimo vigente no país **ou até R\$13.500,00**, com a redação após a Lei nº 11.482/2007.

Essa questão, inclusive, já se encontra sumulada pelo STJ. Confira, *in verbis*:

"Súmula 474/STJ: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

O acidente que vitimou o autor ocorreu em 15/6/2009, incidindo a graduação da invalidez para fins indenizatório, **constante na tabela da própria Lei nº 6.194/74, com a redação após a Lei nº 11.945/2009.**

No caso, o laudo médico apresentado não atesta um quadro de invalidez completa no demandante, que constituiria seu direito ao pagamento integral do Seguro DPVAT, mas tão somente uma sequela definitiva pela limitação do movimento do membro inferior direito (fl.

36). Conclusão idêntica apresentada pelo laudo do Instituto de Medicina Legal à fl. 110.

No pertinente aos percentuais das perdas, conclui-se pelos documentos acostados e exame pericial do IML **uma repercussão de natureza severa** no membro inferior do autor que, segundo descrição do IML, *faz uso de órtese na perna e pé direitos, apresenta tornozelo edemaciado e deambula com auxílio de bengala.*

De acordo com a tabela a perda anatômica ou funcional do membro inferior representa 70% de R\$ 13.500,00. Esse percentual representa R\$ 9.450,00.

Entretanto, como alega o apelante, há de ser procedido um enquadramento da repercussão da invalidez permanente, com fundamento no atual art. 3º, § 1º, II, da Lei 6.194/74 e os documentos acostados indicam uma limitação severa na invalidez, equivalente a um comprometimento de 75%.

Assim, o percentual de 75% deve ser calculado sobre R\$ 9.450,00, **perfazendo R\$ 7.087,50 como valor devido.**

Quanto à fixação da correção monetária a partir da data da propositura da demanda, também não assiste razão ao apelante porquanto na ação de cobrança do pagamento de indenização de seguro obrigatório - DPVAT, a correção monetária incide a partir do efetivo prejuízo (Súmula n. 43/STJ) - Informativo 490 do STJ.

Assim, do montante indenizatório, deve ser acrescido correção monetária, a partir do evento danoso e juros de mora de 1%, a partir da citação.

Finalmente, no que pertine à redução da verba honorária, considerando que a Lei fixa como limites para honorários advocatícios de 10% a 20%, como forma de garantir a adequada remuneração do advogado que tenha atuado no feito, mantenho o percentual da verba honorária em 15% sobre o valor da condenação.

Ante o exposto, firme na súmula 474 do STJ, **VOTO PELO PROVIMENTO PARCIAL** do apelo para reduzir a indenização para R\$ 7.087,50, acrescido de correção monetária desde o evento danoso e juros de mora de 1%, a partir da citação.

Recife, 22.11.17


EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator



163

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – 22/05/14

APELAÇÃO CÍVEL Nº 324541-4 – CARUARU/PE

APELANTE : SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO
SEGURO DPVAT S/A

APELADO : JOÃO JOSÉ DA SILVA

RELATOR : DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

Vossas Excelências viram que o STJ votou ontem, com diferença de 01 (um) voto, a partir de quando devem ser os juros nas ações do Plano Bresser, não foi? Eu mandei para o nosso "Canal de Comunicação" e não sei se tiveram a oportunidade de verem?

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

Eu infelizmente não tive a oportunidade, mas já venho decidindo lá na 5ª Câmara, por sinal, à unanimidade, retroagindo à data da Lei. Não sei o que é que o STJ decidiu?

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

O STJ decidiu a partir da data da proposição da ação.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

Proposição da ação. Vossa Excelência certamente vai acompanhar esse entendimento do STJ, não é?

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

Sendo o Poder Judiciário obedecer a uma hierarquia, eu obedeco.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

Não, eu pergunto se Vossa Excelência já, o voto é nesse sentido?

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

Não, não. O meu aqui, não. Eu só estou conversando... (interrompido)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

Ah, sim.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

Só, só... (interrompido)

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

É porque... (interrompido)

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

Eu sei, na última Sessão Vossa Excelência inclusive... (interrompido)

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

Então, já conhece a tese, não é?

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

O Desembargador Jovaldo aqui nós tentamos demovê-lo da ideia... (interrompido)

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

Sim.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

Em nome do princípio da... (interrompido)

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

É.



164

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

Decidiu por 8 (oito) X 7 (sete) a favor do poupador envolvendo planos econômicos do ano 80 (oitenta) e 90 (noventa). Julgou 02 (dois) recursos, incidência a partir da citação.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

É. Esse é o entendimento. Mas, eu como já tenho dito, de vez em quando eu me rebelo (me rebelo, num bom sentido, para mim), eu penso que o Governo desindexou, era em 40 SM's (quarenta salários-mínimos), não é, era desindexado, ele indexou em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), desde 2007 e nunca mais corrigiu esse valor.

Agora o valor do prêmio já aumentou, o número de veículos já aumentou e ele mantém esses R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Por razões dessa ordem, eu passei a votar na correção a partir da data da Lei, porque está indexado esse valor, de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

O Desembargador José Fernandes passou a acompanhar, o Desembargador Stênio passou a acompanhar e hoje o Desembargador Jovaldo também está a acompanhar, já surgiram algumas jurisprudências do Tribunal do Paraná, parece que o Tribunal do Distrito Federal, e eu não sei se essa matéria já chegou ao estudo do STJ, mas eu... (interrompido)

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

O meu aqui é Plano Bresser, o que eu trouxe.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

Sim.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

Vamos ver aqui como foi esse voto.

RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 155 E 159/159v DOS AUTOS, RESPECTIVAMENTE.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

Não antes, Desembargador Agenor, Desembargador Itabira, Doutora Izabel, fazer algumas considerações: em pleno Século XXI, uma ação de massa ser julgada nos moldes que nós estamos julgando, é sinal de uma Justiça extremamente demorada. Se o Tribunal de Justiça não se atualizar e questões como essas forem disponibilizadas com a devida antecedência a todos os integrantes da Corte, nós não sairemos do lugar.

Os Senhores, apesar de jovens, devem imaginar quantas questões tão importantes quanto essa? Porque para quem está do outro lado, isso é importantíssimo para essa pessoa que pediu isso, receber este dinheiro: eu nunca vi uma pessoa com alguma possibilidade, recorrer ao DPVA, ao pagamento, à indenização garantida pelo DPVAT.

Com essa quantidade de coisas e de informações, que, para julgarmos assim, com essa e outras tantas, se nós não nos modernizarmos... Coloco meu voto em discussão. Não havendo quem queira discutir, Desembargador Itabira.

DESEMBARGADOR ITABIRA BRITO

Senhor Presidente, a incidência de juros e a correção sempre foram julgados aqui nesse Tribunal, de acordo com o voto de Vossa Excelência.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

É.

DESEMBARGADOR ITABIRA BRITO

Nunca vi diferente. De sorte que, eu acompanho integralmente.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

Desembargador Agenor.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

Senhor Presidente, eu acompanho o posicionamento de Vossa Excelência, parcial, porque tenho decidido assim na Câmara: eu não acho justo que uma Lei de 2007 tenha indexado o valor, e, de lá para cá não sofra mais correção.

Eu já vinha apresentando essa argumentação antes, lógico, de Vossa Excelência proferir o voto, e, se fôssemos colocar a Lei inicial que vigorava, 40



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SM's (quarenta salários-mínimos), hoje o valor máximo de uma indenização securitária do DPVAT estaria em torno de quanto? R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), mais de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), e o Governo insiste em deixar esse valor fixado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Eu penso que antes estava desindexado, ela acompanhava o salário-mínimo, e hoje está indexado, portanto, eu penso que está defasado este valor e eu, pedindo vênias a Vossa Excelência, mas por assim vir decidindo junto aos Pares na 5ª Câmara, que a correção monetária incida a partir da data da Lei de 2007, que desindexou: de 40SM's (quarenta salários-mínimos) para R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

E a razão, eu já expliquei: são os aumentos do prêmio todo ano, para mim, com todo o respeito que tenho, e a ausência do Governo, majorar o prêmio, o pagamento do seguro todo dia, todo ano, aumentar o volume de carro e deixar R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) sem correção, eu penso que é em prejuízo do consumidor.

Então, Senhor Presidente, eu peço vênias para discordar, e, com relação aos juros de mora, a partir da citação.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

Com relação?

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

Aos juros de mora, a partir da citação.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO (PRESIDENTE E RELATOR)

Da citação. Muito bem. Antes de proclamar o resultado, uma observação aos estudantes: imaginem os Senhores, se não houvesse discordância? Companheira não teria direito algum, nunca. Nós estaríamos ainda considerando companheira a outra, não sealaria em união estável, é assim que nascem as divergências e assim que se vai modificando a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Quero parabenizar, portanto, ao Desembargador Agenor pelo seu voto, eu, no entanto, a 3ª Câmara Desembargador, continua mantendo. Quem sabe, podemos refletir, e no futuro acompanhar. No momento, eu também. Portanto, proclamo o resultado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DECISÃO:

"POR UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO PARA REDUZIR O VALOR DA INDENIZAÇÃO PARA R\$ 7.087,50 (SETE MIL E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), ACRESCIDO DE JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO, SENDO QUE, POR MAIORIA DE VOTOS, A CORREÇÃO MONETÁRIA FOI FIXADA A PARTIR DO EVENTO DANOSO, FICANDO VENCIDO O DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA LIMA QUE A FIXOU A PARTIR DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.482/2007."
